



## Produto Interno Bruto dos Municípios 2020

PIB  
dos  
Municípios

ISBN 978-85-240-4560-8  
© IBGE, 2022

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, as Secretarias Estaduais de Governo e a Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, apresenta os resultados do Produto Interno Bruto - PIB dos Municípios de 2020<sup>1</sup>. A metodologia adotada para sua estimativa é uniforme para todas as Unidades da Federação e integrada, conceitualmente, aos procedimentos adotados no Sistema de Contas Nacionais - SCN e no Sistema de Contas Regionais - SCR. Portanto, os resultados ora divulgados são coerentes e comparáveis entre si e com os resultados do SCN e do SCR. São apresentados, a preços correntes, os valores adicionados brutos dos três grupos de atividade econômica: *Agropecuária, Indústria e Serviços* – além da *Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social*, devido à importância dessa atividade na economia brasileira –, bem como os impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos; o PIB; e o PIB *per capita*. Essas informações, além de estabelecerem relações macroeconômicas, possibilitam traçar o perfil econômico de cada um dos Municípios brasileiros.

O presente informativo traz comentários analíticos sobre os principais destaques observados no ano de 2020, com comparações

em relação a 2019 e, para alguns aspectos, também em relação a 2002, início da série publicada. Com a colaboração da Diretoria de Geociências, são apresentadas, ainda, análises geográficas mais detalhadas, que interpretam o PIB dos Municípios de acordo com a sua distribuição no País, com base em tipologias (classificações de Municípios como, por exemplo, por hierarquia urbana) e regionalizações (agregações de Municípios contíguos, por vezes a partir da identificação de polos). Esses instrumentos conferem outros significados aos dados da publicação, mostrando padrões de concentração e dispersão associados às formas e densidades de povoamento, bem como às funções econômicas e político-administrativas das diferentes partes do Território Nacional.

Cabe informar que para as estimativas de 2019 e 2020, os Municípios do Estado de Pernambuco tiveram as suas estruturas que dependem das informações de saídas de mercadorias evoluídas segundo o consumo de energia elétrica. Outrossim, excepcionalmente nesta divulgação, os resultados do ano de 2018 para os Municípios do Rio Grande do Norte foram revisados, devido à atualização do arquivo da variável saídas de mercadorias.

## Concentração econômica

Os resultados de 2020 evidenciam que os efeitos da pandemia de COVID-19 sobre as economias municipais variaram de acordo com a importância das suas atividades de *Serviços*, sobretudo as presenciais. Isto porque estes serviços agregam as atividades com as maiores quedas de participação no País entre 2019 e 2020, sendo as mais afetadas pelas medidas restritivas de isolamento e precaução de contágio por parte das famílias adotadas durante o ano. Neste sentido, os recortes selecionados ao longo do texto mostram que Municípios e suas agregações de maior participação no PIB brasileiro tiveram maior perda relativa em 2020.

Em 2020, nove Municípios responderam por quase 25% do PIB nacional e 15,3% da população brasileira<sup>2</sup>, e as 82 municipalidades de maiores PIBs representavam, aproximadamente, ½ do total e

35,8% da população do País. Em 2002, apenas quatro Municípios somavam cerca de ¼ da economia nacional.

Destaca-se, ainda, que os 1 275 Municípios de menores PIBs responderam, em 2020, por cerca de 1% do PIB nacional e por 2,9% da população brasileira. Nota-se que, entre esses, os situados nos Estados do Piauí (148) e Paraíba (135), representavam mais de 60% das municipalidades de seus respectivos Estados. Em 2002, 1 383 correspondiam a 1,0% do PIB e somavam 3,7% da população nacional.

Os Municípios que responderam por até ¼ da economia brasileira, em 2020, foram: São Paulo (SP), com 9,8%; Rio de Janeiro (RJ), 4,4%; Brasília (DF), 3,5%; Belo Horizonte (MG), 1,3%; Manaus (AM), 1,2%; Curitiba (PR), 1,2%; Osasco (SP), 1,0%; Porto Alegre (RS), 1,0% e Guarulhos (SP), 0,9%. Em termos de posição, na comparação entre

<sup>1</sup> Por decisão editorial, a partir da edição lançada em 2018, a publicação passou a ser divulgada em duas partes: a primeira corresponde a este informativo, que destaca os principais resultados do estudo/pesquisa; e a segunda, é constituída por Notas técnicas, entre outros elementos textuais, apresentando considerações de natureza metodológica sobre o estudo/pesquisa. Outras informações sobre o PIB dos Municípios encontram-se disponíveis no portal do IBGE na Internet no endereço: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html>.

<sup>2</sup> População residente estimada por Município com data de referência em 1º de julho de 2020, enviada pelo IBGE ao Tribunal de Contas da União - TCU.

2002 e 2020, Manaus (AM) subiu da sétima posição para a quinta; Curitiba (PR), passou da quinta para a sexta; Osasco (SP), da 16ª para a sétima; enquanto Porto Alegre (RS) passou da sexta para a oitava e Guarulhos (SP), da 14ª para a nona.

A análise da distribuição do PIB por Concentrações Urbanas<sup>3</sup> confirma a redução relativa da importância econômica dos grandes centros urbanos no ano de 2020. Se, em 2019, aproximadamente ¼ da produção econômica do País estava localizada somente em São Paulo/SP e Rio de Janeiro/RJ, em 2020, essas duas Concentrações Urbanas somaram 23,7% do PIB nacional, com São Paulo/SP correspondendo a 16,2% (queda de 0,7 ponto percentual) e Rio de Janeiro/RJ, 7,4% (queda de 0,5 ponto percentual). Ademais, é possível verificar que todas as 10 maiores Concentrações Urbanas brasileiras tiveram redução em suas participações relativas na economia nacional. Em 2020, essas Concentrações Urbanas somaram 40,5% do PIB, uma redução de 2,3 pontos percentuais ante o peso de 2019.

No recorte por Grandes Regiões, em 2020, observa-se que o padrão identificado no País é repetido, com concentração do PIB em poucos Municípios. Na comparação entre 2002 e 2020, porém, o número de municipalidades que somavam até ½ da economia local foi ampliado: na Região Norte, de seis para oito; no Nordeste, de 25 para 36; no Sudeste, de 13 para 21; no Sul, de 31 para 38; e, no Centro-Oeste, de um para cinco.

A análise do PIB segundo a densidade econômica, ou seja, ponderado pela área, também revela uma redução na concentração espacial em virtude da queda da participação no PIB das Concentrações Ur-

## Distribuição dos Municípios segundo as faixas de participação no PIB do Brasil

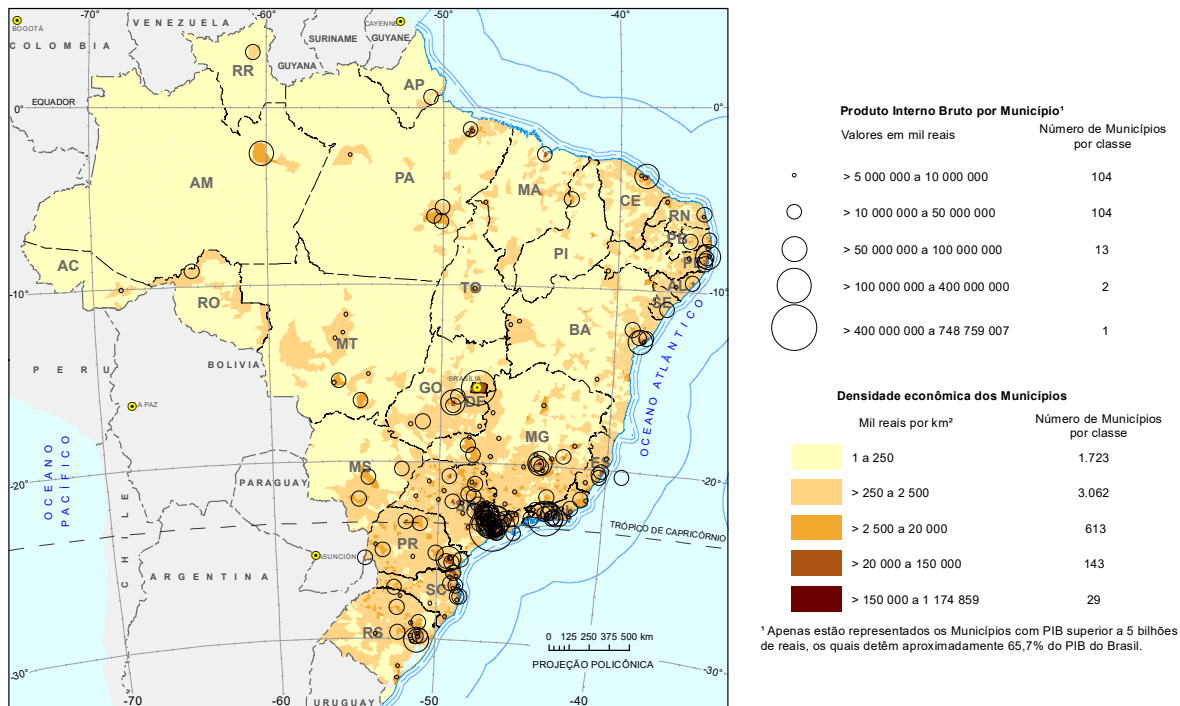
Faixas de participação no PIB do Brasil	Número de Municípios	Participação (%)		Número de Municípios acumulados	Participação acumulada (%)	
		Dos Municípios	Da população (1)		Dos Municípios	Da população (1)
<b>2002</b>						
Até 25%	4	0,1	12,0	4	0,1	12,0
De 25% a 50%	44	0,8	17,4	48	0,9	29,3
De 50% a 75%	263	4,7	24,4	311	5,6	53,7
De 75% a 95%	1 899	34,2	31,0	2 210	39,7	84,7
De 95% a 99%	1 967	35,4	11,6	4 177	75,1	96,3
De 99% a 100%	1 383	24,9	3,7	5 560	100,0	100,0
<b>2020</b>						
Até 25%	9	0,2	15,3	9	0,2	15,3
De 25% a 50%	73	1,3	20,5	82	1,5	35,8
De 50% a 75%	343	6,2	23,5	425	7,6	59,4
De 75% a 95%	2 001	35,9	28,2	2 426	43,6	87,5
De 95% a 99%	1 869	33,6	9,6	4 295	77,1	97,1
De 99% a 100%	1 275	22,9	2,9	5 570	100,0	100,0

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

(1) População residente estimada para 1ª de julho, segundo os Municípios, enviada ao Tribunal de Contas da União - TCU.

## PIB e densidade econômica dos Municípios

2020



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

<sup>3</sup> Considera-se Concentração Urbana o Arranjo Populacional ou Município Isolado com mais de 100 000 habitantes e que possui a urbanização como principal processo indutor da integração e da contiguidade espacial. As Concentrações Urbanas se subdividem em dois níveis: Médias Concentrações Urbanas, com população entre 100 000 e 750 000 habitantes, e Grandes Concentrações Urbanas, com população acima de 750 000 habitantes.

banas. A densidade econômica no Brasil, em 2020, foi de 896 mil R\$/km<sup>2</sup>. Por sua vez, as Grandes e Médias Concentrações Urbanas apresentaram uma densidade de 9 193 mil R\$/km<sup>2</sup>, ou seja, cerca de 10,3 vezes maior que a média do Território Nacional. Ainda que esse valor

mostre uma concentração espacial bastante acentuada, é menor que a verificada em 2019, quando as Grandes e Médias Concentrações Urbanas apresentaram uma densidade cerca de 10,6 vezes maior que a média do território brasileiro.

## 10 maiores PIBs e densidades econômicas no Brasil, segundo os Municípios e Concentrações Urbanas

2020

Municípios				
10 maiores Municípios por valor do PIB	PIB (R\$ 1 000)	Participação do PIB no Brasil (%)	10 Municípios com maior densidade econômica	Densidade econômica (mil R\$/km <sup>2</sup> )
<b>Total</b>	<b>1 907 129 043</b>	<b>25,1</b>	<b>Total</b>	<b>466 609</b>
São Paulo (SP)	748 759 007	9,8	Osasco (SP)	1 174 859
Rio de Janeiro (RJ)	331 279 902	4,4	São Caetano do Sul (SP)	910 619
Brasília (DF)	265 847 334	3,5	Barueri (SP)	780 119
Belo Horizonte (MG)	97 509 893	1,3	São Paulo (SP)	492 245
Manaus (AM)	91 768 773	1,2	Diadema (SP)	489 953
Curitiba (PR)	88 308 728	1,2	Taboão da Serra (SP)	442 068
Osasco (SP)	76 311 814	1,0	Louveira (SP)	323 812
Porto Alegre (RS)	76 074 563	1,0	Niterói (RJ)	306 148
Guarulhos (SP)	65 849 311	0,9	Belo Horizonte (MG)	294 277
Campinas (SP)	65 419 717	0,9	Paulínia (SP)	277 948
Concentrações Urbanas				
10 maiores Concentrações Urbanas por valor do PIB	PIB (R\$ 1 000)	Participação do PIB no Brasil (%)	10 Concentrações Urbanas com maior densidade econômica	Densidade econômica (mil R\$/km <sup>2</sup> )
<b>Total</b>	<b>3 081 349 933</b>	<b>40,5</b>	<b>Total</b>	<b>103 880</b>
São Paulo/SP	1 236 549 286	16,2	São Paulo/SP	172 848
Rio de Janeiro/RJ	563 831 053	7,4	Rio de Janeiro/RJ	93 276
Brasília/DF	280 112 668	3,7	Campinas/SP	88 059
Belo Horizonte/MG	196 451 041	2,6	Jundiaí/SP	71 513
Porto Alegre/RS	168 908 169	2,2	Indaiatuba/SP	58 882
Curitiba/PR	159 346 724	2,1	Itajaí - Balneário Camboriú/SC	52 576
Campinas/SP	156 269 755	2,1	Americana - Santa Bárbara d'Oeste/SP	46 385
Salvador/BA	118 034 280	1,6	Vitória/ES	44 636
Recife/PE	109 440 285	1,4	Baixada Santista/SP	40 047
Fortaleza/CE	92 406 670	1,2	São Luís/MA	37 713

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Tipologias e regionalizações de responsabilidade da Coordenação de Meio Ambiente da Diretoria de Geociências do IBGE.

Cabe ressaltar ainda que oito dos 10 Municípios com as maiores densidades econômicas do Brasil em 2020 encontravam-se na Cidade-Região de São Paulo<sup>4</sup>, incluindo as sete primeiras posições, com destaque para Osasco (SP), com mais de 1,1 bilhão de R\$/km<sup>2</sup>. Além disso, entre as Concentrações Urbanas, a desigualdade espacial, apesar de menor, ainda é notável. Enquanto na Concen-

tração Urbana de São Paulo/SP a densidade foi 172 848 mil R\$/km<sup>2</sup>, na Concentração Urbana do Rio de Janeiro/RJ, segunda na classificação, o valor foi 93 276 mil R\$/km<sup>2</sup>, ou seja, 54,0% do valor observado em São Paulo/SP. Também, seis das 10 Concentrações Urbanas com maior densidade econômica encontravam-se no Estado de São Paulo.

<sup>4</sup> A Cidade-Região de São Paulo faz referência à segunda Integração do Arranjo Populacional de São Paulo/SP, que engloba um contínuo geográfico de 92 Municípios, com forte interação no processo produtivo (bens, cultura, fluxos financeiros etc.) com a Metrópole de São Paulo.

O índice de Gini do PIB, considerando-se os Municípios – outra medida de concentração –, foi 0,84, em 2020, e, ao longo da série analisada, manteve-se praticamente inalterado. Em 2020, apenas os Estados do Amazonas e São Paulo apresentaram índice de Gini superior ao nacional, com índices 0,87 e 0,86, respectivamente. Os menores indicadores, por sua vez, foram observados nos Estados de Mato Grosso do Sul, com índice 0,66, e Mato Grosso, 0,68.

Os 100 maiores PIBs municipais brasileiros, em 2020, representavam 52,9% do PIB do País, enquanto em 2002, a participação foi de 60,0%. Na análise por Grandes Regiões, observa-se que, entre os 100 Municípios, aqueles do Norte e do Centro-Oeste aumentaram suas participações em relação ao PIB nacional entre 2002 e 2020. Entretanto, em relação às suas respectivas Grandes Regiões, houve ganho apenas nos do Norte. E, em termos de número de Municípios, apenas o Sudeste e o Sul apresentaram redução entre 2002 e 2020.

### Distribuição dos 100 Municípios com os maiores PIBs, segundo as Grandes Regiões

Grandes Regiões	2002			2020		
	Número de Municípios	Participação do PIB (%)		Número de Municípios	Participação do PIB (%)	
		Na região	No Brasil		Na região	No Brasil
<b>100 Municípios com os maiores PIBs</b>						
Brasil	100	..	60,0	100	..	52,9
Norte	4	43,3	2,0	6	45,1	2,8
Nordeste	12	41,0	5,4	14	36,3	5,1
Sudeste	59	70,8	40,6	55	63,7	33,1
Sul	20	42,6	6,9	17	36,2	6,2
Centro-Oeste	5	59,5	5,1	8	54,3	5,6
<b>100 Municípios com maiores PIBs, exclusive os Municípios das Capitais</b>						
Brasil	100	..	27,1	100	..	27,0
Norte	-	-	-	3	15,4	1,0
Nordeste	6	7,7	1,0	8	10,2	1,4
Sudeste	69	37,0	21,2	63	36,5	19,0
Sul	22	28,0	4,5	20	26,8	4,6
Centro-Oeste	3	4,4	0,4	6	9,8	1,0

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Ao efetuar a análise excluindo-se os Municípios das Capitais, constata-se que os 100 maiores PIBs municipais mantiveram-se praticamente no mesmo patamar na participação do PIB do Brasil entre 2002 e 2020 (recoo de 0,1 ponto percentual, de 27,1% para 27,0%). Observa-se que apenas as municipalidades do Sudeste e do Sul perderam participação dentro de suas Grandes Regiões ao longo da série. Nota-se, ainda, que o Norte, em 2002, não tinha nenhum representante entre os 100 maiores PIBs e, em 2020, tinha três Municípios: Parauapebas, com 0,5% do PIB brasileiro; Canaã dos Carajás (0,3%) e Marabá (0,2%); todos do Estado do Pará.

Também na análise segundo as Regiões Geográficas Imediatas<sup>5</sup>, verifica-se uma redução da desigualdade espacial brasileira. Essa classificação territorial permite avaliar as disparidades entre Municípios-Polo<sup>6</sup> e Municípios do Entorno<sup>7</sup>. No primeiro caso, tais municipalidades concentravam, em 2020, 56,4% do PIB brasileiro (em 2019, era 57,8% e, em 2002, 61,5%), enquanto os Municípios do Entorno somavam 43,6% (ante 42,2%, em 2019, e 38,5%, em 2002).

Observando-se os cinco maiores PIBs municipais em cada Unidade da Federação, verifica-se que em 15 delas suas municipalidades

concentravam mais do que ½ do PIB estadual em 2020. No Amazonas, Roraima, Amapá e Distrito Federal, os cinco maiores PIBs somavam mais de 80%, embora tenham reduzido sua participação em relação a 2002, à exceção de Brasília, único Município do Distrito Federal.

Entre as demais 12 Unidades da Federação, os cinco maiores PIBs municipais somavam menos de 40% nos seguintes Estados: Bahia (38,9%), Mato Grosso (36,7%), Paraná (35,2%), Santa Catarina (34,5%), Minas Gerais (30,5%) e Rio Grande do Sul (30,1%). Entre essas Unidades da Federação, na Bahia, Mato Grosso e Paraná os cinco maiores PIBs somavam mais de 40% do PIB estadual em 2002.

Os Municípios das Capitais representaram, em 2020, 29,7% do PIB nacional, registrando a menor participação da série. Enquanto São Paulo (SP), com 9,8%, ocupou a primeira posição em termos de contribuição ao PIB do País, Rio Branco (AC) situou-se na última colocação, com 0,1%.

Na Região Centro-Oeste, os Municípios das Capitais participavam com 47,3% do PIB, uma vez que Brasília (DF), por ser a Capital do País, sozinha representava 33,6% da Região. Os Municípios das Capitais dos Estados do Norte respondiam por 38,7% do PIB regio-

<sup>5</sup> Recorte geográfico que reúne um conjunto de Municípios, sendo um deles – ou mais do que um, no caso de Arranjo Populacional – Município-Polo.

<sup>6</sup> Município que atrai os moradores dos Municípios contíguos para a compra de bens de consumo duráveis e não duráveis; para a procura de emprego, e de serviços de saúde e educação; bem como para a prestação de serviços públicos, como postos de atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, do Ministério do Trabalho e Previdência, de serviços judiciários, entre outros.

<sup>7</sup> Municípios não polo da Região Geográfica Imediata.

nal; os dos Estados do Sudeste e Nordeste somavam 30,4% e 28,9%, respectivamente; e os do Sul registraram 14,2%, a menor participação no contexto regional.

Em 13 Unidades da Federação, os Municípios das Capitais representavam menos de 30% do PIB estadual. São eles: Belém (PA), com 14,3%; Palmas (TO), 22,8%; João Pessoa (PB), 29,5%; Recife (PE), 26,0%; Salvador (BA), 19,3%; Belo Horizonte (MG), 14,3%; Vitória (ES), 18,4%; Curitiba (PR), 18,1%; Florianópolis (SC), 6,1%; Porto Alegre (RS), 16,2%; Campo Grande (MS), 24,6%; Cuiabá (MT), 14,8%; e Goiânia (GO), 23,2%. Nas demais Unidades da Federação, apenas

os seguintes Municípios das Capitais detinham mais de ½ do PIB: Rio Branco (AC), com 58,1%; Manaus (AM), 79,1%; Boa Vista (RR), 73,8%; Macapá (AP), 63,5%; e Brasília (DF), 100%.

Atesta-se, ainda, que, em 2020, Florianópolis (SC) e Belém (PA) foram os dois únicos Municípios das Capitais que não ocuparam a primeira posição em seus respectivos Estados. Em Santa Catarina, Florianópolis ocupou a terceira posição, representando 6,1% do Estado, atrás de Joinville (10,4%), e de Itajaí (9,5%). No Pará, o Município de Parauapebas apareceu à frente com participação de 17,6% e Belém ocupou a segunda posição com 14,3% do PIB estadual.

## PIB per capita

Em 2020, os 10 Municípios com os maiores PIB *per capita* somavam 1,6% do PIB nacional e 0,2% da população brasileira. Canaã dos Carajás (PA), com R\$ 591 101,11, apresentou o maior PIB *per capita* em 2020 e tinha a extração de minério de ferro como principal atividade. Os Municípios de Selvíria (MS) e Davinópolis (GO), segunda e 10ª posições, constam nessa relação graças à geração de energia hidrelétrica. Na terceira e sexta posições figuravam os Municípios de Louveira (SP) e Extrema (MG), em razão do *Comércio e reparação*

*de veículos automotores e motocicletas* e das *Indústrias de transformação*. Os Municípios de Paulínia (SP) e São Francisco do Conde (BA), na quarta e nona posições, tiveram a indústria de refino de petróleo como principal atividade. Gavião Peixoto (SP) ocupou a quinta posição devido à atividade de *Indústrias de transformação*, com destaque para a fabricação de aeronaves. Ilhabela (SP) e Presidente Kennedy (ES), na sétima e oitava posições, destacaram-se devido à extração de petróleo e gás.

## Razão entre o PIB per capita dos Municípios das Capitais e das Grandes Concentrações Urbanas e o PIB per capita do Brasil

Municípios das Capitais				Grandes Concentrações Urbanas			
2002		2020		2002		2020	
Brasília (DF)	2,93	Brasília (DF)	2,42	Brasília/DF	2,30	Campinas/SP	1,98
Vitória (ES)	2,82	Vitória (ES)	1,94	São José dos Campos/SP	2,19	Brasília/DF	1,93
São Paulo (SP)	2,10	São Paulo (SP)	1,69	Campinas/SP	2,18	São Paulo/SP	1,58
Rio de Janeiro (RJ)	1,87	Porto Alegre (RS)	1,42	São Paulo/SP	1,87	São José dos Campos/SP	1,43
Porto Alegre (RS)	1,56	Rio de Janeiro (RJ)	1,37	Curitiba/PR	1,44	Sorocaba/SP	1,39
Curitiba (PR)	1,52	Curitiba (PR)	1,26	Sorocaba/SP	1,42	Curitiba/PR	1,26
Florianópolis (SC)	1,41	Cuiabá (MT)	1,19	Manaus/AM	1,39	Rio de Janeiro/RJ	1,22
Manaus (AM)	1,39	Florianópolis (SC)	1,17	Rio de Janeiro/RJ	1,37	Porto Alegre/RS	1,18
Belo Horizonte (MG)	1,21	Manaus (AM)	1,15	Vitória/ES	1,37	Florianópolis/SC	1,16
Recife (PE)	1,15	Belo Horizonte (MG)	1,08	Baixada Santista/SP	1,35	Manaus/AM	1,15
Goiânia (GO)	1,15	Porto Velho (RO)	1,00	Porto Alegre/RS	1,29	Vitória/ES	1,15
Cuiabá (MT)	0,98	Goiânia (GO)	0,94	Florianópolis/SC	1,14	Cuiabá/MT	1,09
Boa Vista (RR)	0,98	Campo Grande (MS)	0,93	Belo Horizonte/MG	1,12	Belo Horizonte/MG	1,04
Aracaju (SE)	0,98	Palmas (TO)	0,90	Salvador/BA	0,98	Baixada Santista/SP	1,03
Palmas (TO)	0,91	Recife (PE)	0,85	Goiânia/GO	0,94	Campo Grande/MS	0,93
Campo Grande (MS)	0,82	São Luís (MA)	0,83	Cuiabá/MT	0,87	Salvador/BA	0,85
Macapá (AP)	0,81	Boa Vista (RR)	0,78	Aracaju/SE	0,85	Goiânia/GO	0,85
Natal (RN)	0,79	Natal (RN)	0,71	Campo Grande/MS	0,82	Recife/PE	0,75
João Pessoa (PB)	0,78	João Pessoa (PB)	0,71	Recife/PE	0,79	São Luís/MA	0,71
Rio Branco (AC)	0,78	Teresina (PI)	0,69	Natal/RN	0,76	Fortaleza/CE	0,70
Porto Velho (RO)	0,78	Aracaju (SE)	0,69	João Pessoa/PB	0,72	João Pessoa/PB	0,68
São Luís (MA)	0,74	Fortaleza (CE)	0,67	Fortaleza/CE	0,68	Natal/RN	0,66
Salvador (BA)	0,73	Rio Branco (AC)	0,64	São Luís/MA	0,64	Maceió/AL	0,64
Belém (PA)	0,71	Macapá (AP)	0,64	Belém/PA	0,61	Teresina/PI	0,63
Fortaleza (CE)	0,71	Maceió (AL)	0,62	Maceió/AL	0,61	Aracaju/SE	0,61
Maceió (AL)	0,60	Belém (PA)	0,57	Teresina/PI	0,51	Belém/PA	0,53
Teresina (PI)	0,56	Salvador (BA)	0,57				

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Tipologias e regionalizações de responsabilidade da Coordenação de Meio Ambiente da Diretoria de Geociências do IBGE.

Entre os Municípios das Capitais, Brasília (DF), com R\$ 87 016,16, ocupou a primeira posição em relação ao PIB *per capita* em 2020, enquanto Salvador (BA), a última (R\$ 20 417,14).

A razão entre o PIB *per capita* dos Municípios das Capitais e o PIB *per capita* do Brasil (R\$ 35 935,74) mostrou que, em 2020, enquanto Brasília (DF) alcançou valor 2,42 vezes maior que o nacional, em Salvador (BA) a razão foi 0,57. No grupo de Municípios das Capitais com razão maior que a nacional observa-se que tanto em 2002 quando em 2020 haviam 11 Municípios, mas entre eles apenas nove mantiveram razão acima de 1,0 ao longo da série. Manaus (AM) foi o único Município da Capital representante da Região Norte com razão acima de 1,0, ao longo de toda a série, e alcançou 1,15 em 2020 (1,39 em 2002).

Os maiores valores do PIB *per capita*, em 2020, pertencem aos grandes Centros Urbanos do Centro-Sul, e, ainda, a algumas regiões em que ocorre a combinação de forte atividade agropecuária e pequena população, como a borda Sul da Amazônia Legal<sup>8</sup>, na região central de Mato Grosso, e ainda Municípios do sul de Goiás e leste de Mato Grosso do Sul, no oeste baiano e no alto curso do Rio Parnaíba.

Na análise que abrange as Grandes Concentrações Urbanas, observa-se que, em 2020, a maior razão do PIB *per capita* encontrava-

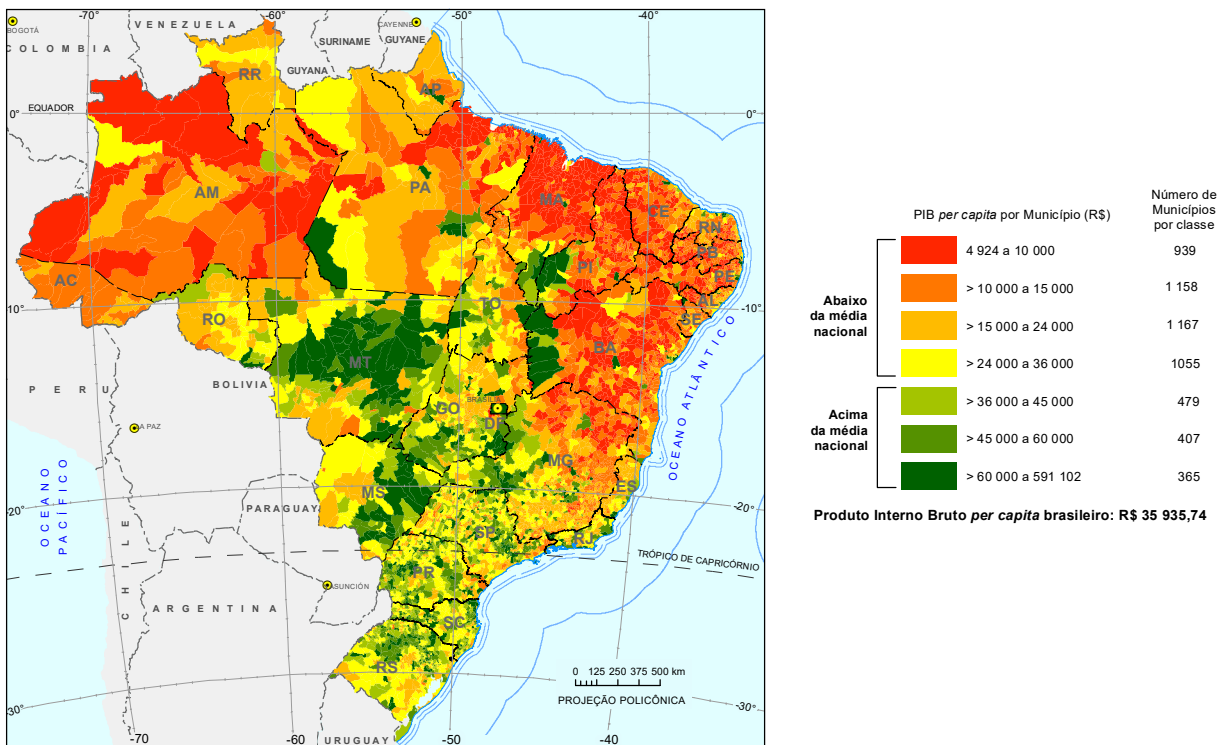
-se na Concentração Urbana de Campinas/SP, seguida pelas de Brasília/DF, São Paulo/SP, São José dos Campos/SP e Sorocaba/SP. Essa é quase a mesma ordem verificada em 2002. Convém ainda ressaltar que, ao longo da série histórica, as maiores razões do PIB *per capita* apresentaram redução relativa, convergindo para a média nacional.

Em 2002, 13 Grandes Concentrações Urbanas apresentavam PIB *per capita* maior que a média nacional. À exceção de Brasília/DF e Manaus/AM, as demais se encontravam nas Regiões Sudeste e Sul. Em 2020, o número de Grandes Concentrações Urbanas com razão acima de 1,0 foi de 14, com Cuiabá/MT juntando-se ao grupo. A comparação, porém, evidencia que algumas das Grandes Concentrações Urbanas do Nordeste, que já possuíam razão do PIB *per capita* inferior a 1,0 em 2002, distanciaram-se da média nacional ao longo do período, com destaque para Salvador/BA e Aracaju/SE.

Dentre as Médias Concentrações Urbanas, destaca-se a Média Concentração Urbana de Parauapebas/PA, que em 2002 apresentava uma razão do PIB *per capita* de 2,05 e em 2020, de 4,95 (em 2019, era 3,14): o maior aumento proporcional dentre todas as Concentrações Urbanas do País. O aumento histórico da razão do *per capita* observada em Parauapebas/PA justifica-se pela extração de minério de ferro.

## PIB *per capita*

2020



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

<sup>8</sup> A Amazônia Legal é composta pelos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e Mato Grosso, bem como pelos Municípios do Estado do Maranhão situados ao oeste do Meridiano 44°. Possui uma superfície aproximada de 5 217 423 km<sup>2</sup>, correspondente a cerca de 61% do território brasileiro.

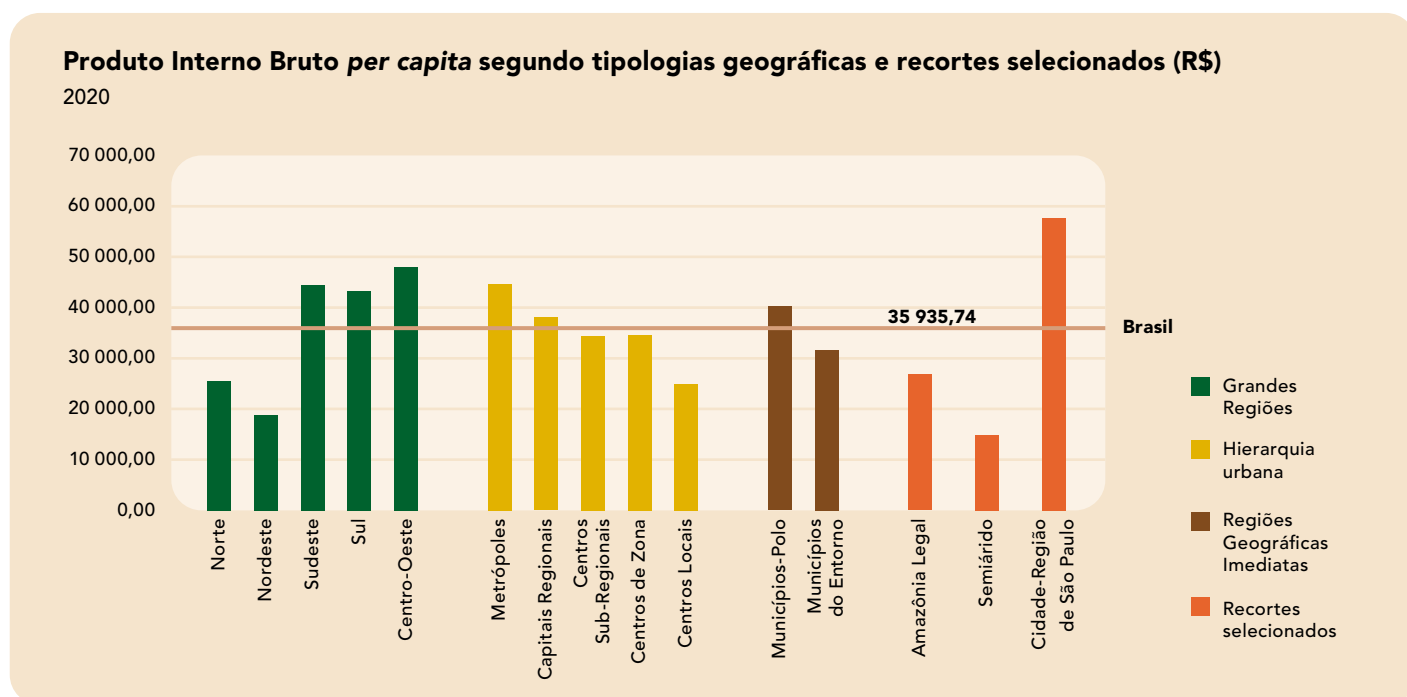
Na série histórica, também se destaca a Média Concentração Urbana de Itajaí - Balneário Camboriú/SC, com o segundo maior aumento da razão do PIB *per capita* entre 2002 e 2020. O destaque negativo continua sendo a Média Concentração Urbana de Macaé - Rio das Ostras/RJ que, em 2002, apresentava razão do PIB *per capita* de 4,97 e, em 2020, de 1,34 (queda de 3,63 pontos na série histórica).

Em 2020, a redução da desigualdade regional do PIB *per capita* pode ser também percebida com a análise do ocorrido nas regiões do Semiárido<sup>9</sup>, da Amazônia Legal e da Cidade-Região de São Paulo. Em 2002, a razão do PIB *per capita* do Semiárido e da Amazônia Legal eram 0,32 e 0,58 respectivamente. Em 2019, o Semiárido apresentava razão do PIB *per capita* de 0,40 e a Amazônia Legal, de 0,66. Em 2020, por sua vez, essas regiões apresentaram índices de 0,41 e 0,75 respectivamente. A Cidade-Região de São Paulo, por outro lado, correspondia a 1,85 do valor nacional em 2002, 1,66 em 2019 e, em 2020, cai para 1,61.

A comparação, segundo as Regiões Geográficas Imediatas, entre Municípios-Polo e Municípios do Entorno também confirma essa

movimentação provocada, sobretudo, pela redução do PIB *per capita* nos maiores Centros Urbanos. Em 2002, a razão do PIB *per capita* dos Municípios-Polo era 1,23. Em 2019, esse índice era de 1,15 e, em 2020, cai para 1,12. Nos Municípios do Entorno, por sua vez, o índice sai de 0,77, em 2002 e 0,85 em 2019, para 0,88, em 2020.

Na análise segundo a hierarquia urbana<sup>10</sup> dos Municípios, observa-se que, de modo geral, quanto mais alta a hierarquia, maior o PIB *per capita*. Na série histórica, porém, há uma tendência das categorias mais elevadas dessa hierarquia apresentarem as maiores quedas na razão do PIB *per capita*, enquanto as categorias mais baixas apresentaram crescimento acima da média. As Metrôpoles, em 2002, apresentaram uma razão do PIB *per capita* de 1,43; em 2019, de 1,31 e, em 2020, de 1,24. Por sua vez, os Centros de Zona tiveram um salto na razão do PIB *per capita* de 0,77 em 2002 para 0,90 em 2019 e, finalmente, para 0,96 em 2020. Da mesma forma, os Centros Locais, entre 2002 e 2019 saíram de 0,55 para 0,63, indo para 0,69 em 2020, aproximando sua razão do PIB *per capita* da média nacional.



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.  
Nota: Tipologias e regionalizações de responsabilidade da Coordenação de Meio Ambiente da Diretoria de Geociências do IBGE.

<sup>9</sup> O Semiárido brasileiro é composto por 1 262 Municípios, situados nos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe Bahia e Minas Gerais.

<sup>10</sup> Nível de articulação que a Cidade tem com outros Centros Urbanos, realizado por meio de atividades de gestão pública e empresarial, e ainda o nível de atração que a Cidade possui para suprir bens e serviços para populações de outros Centros Urbanos. São cinco os principais níveis hierárquicos: Metrôpoles, Capitais Regionais, Centros Sub-Regionais, Centros de Zona e Centros Locais.

## Evolução das participações do PIB entre os Municípios

### Período 2019-2020

Ao analisar as maiores diferenças de participação em relação ao PIB do Brasil, entre 2019 e 2020, observa-se que os Municípios com os maiores ganhos em valor absoluto foram Parauapebas e Canaã dos Carajás, ambos do Estado do Pará, que aumentaram 0,2 ponto percentual cada um devido à extração de minério de ferro. Em Manaus (AM), as *Indústrias de transformação* foram responsáveis pelo aumento de 0,1 ponto percentual. No Município de Saquarema (RJ), o ganho de participação (0,1) esteve atrelado à extração de petróleo e gás.

Por outro lado, as quatro maiores quedas de participação ocorreram nos Municípios de São Paulo (SP), com perda de participação de 0,5 ponto percentual; Rio de Janeiro (RJ), 0,4 ponto percentual; Brasília (DF), 0,2 ponto percentual e Curitiba (PR), 0,1 ponto percentual. O *Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas* foi o principal responsável pela queda em São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ) e Curitiba (PR). A perda de Brasília (DF) esteve associada, principalmente, às *Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados*.

Ao analisar a evolução da participação das Concentrações Urbanas no PIB nacional, observa-se que, das 185 existentes no País, 92 perderam participação e 93 aumentaram sua participação no PIB nacional. Cabe destacar a perda das Grandes Concentrações

Urbanas. Entre as 93 que ganharam peso, somente quatro eram consideradas Grandes Concentrações Urbanas (de um total de 26); as demais, totalizando 89, são consideradas Médias Concentrações Urbanas (de um total de 159).

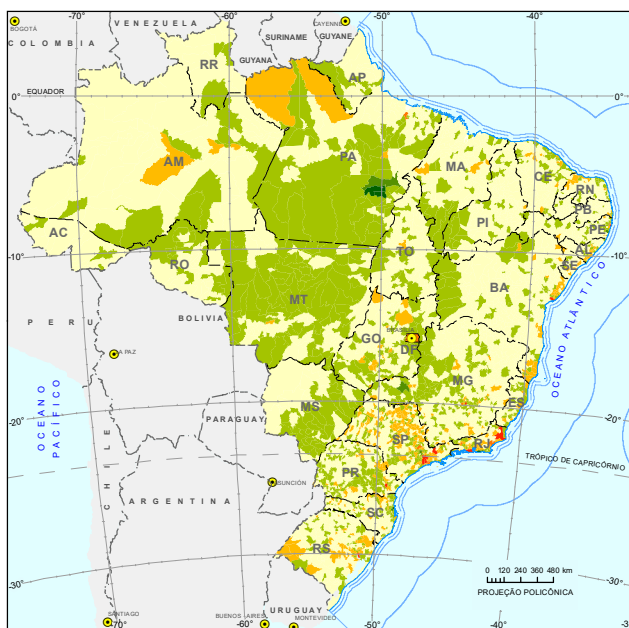
Entre as Concentrações Urbanas que mais avançaram sua participação no PIB nacional entre 2019 e 2020, está a de Parauapebas/PA, saindo de 0,3% para 0,5%, seguida pelas de Jundiá/SP e Manaus/AM. Na ponta inversa, as seis maiores reduções de participação no PIB nacional nesse período ocorreram em Grandes Concentrações Urbanas, sendo a de São Paulo/SP a que apresentou o maior decréscimo, de 17,0% para 16,2%, seguida por Rio de Janeiro/RJ, Curitiba/PR, Porto Alegre/RS, Brasília/DF e São José dos Campos/SP.

Ao observar alguns recortes geográficos específicos, verifica-se que a Cidade-Região de São Paulo reduziu sua participação nacional, saindo de 24,3% do PIB do Brasil, em 2019, para 23,5%, em 2020, o que representou uma queda de 0,8 ponto percentual, enquanto a Amazônia Legal, num percurso inverso, aumentou sua participação de 8,8% para 9,9%, uma expansão de 1,1 ponto percentual. O Semiárido, por sua vez, viu sua participação passar de 5,3%, em 2019, para 5,4%, em 2020.

Na análise por diferenças de posição – obtidas a partir da diferença de posição dos Municípios em relação ao valor do PIB –,

### Dinâmica do PIB dos Municípios

2002-2020



Diferença da participação do PIB dos Municípios no PIB do Brasil: 2002 - 2020		Número de Municípios por classe
Perda de participação	> -2,83 a -0,20	11
	> -0,20 a -0,10	12
	> -0,10 a -0,002	390
Ganho de participação	> -0,002 a 0,002	4 156
	> 0,002 a 0,10	986
	> 0,10 a 0,20	11
	> 0,20 a 0,43	4

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.



os maiores destaques foram identificados naqueles com participação reduzida no PIB do País. Barreiras do Piauí (PI), que subiu 1 777 posições, e Itagibá (BA), 1 732, registraram os maiores avanços influenciados pela produção de soja em grão e pela extração de minério de níquel, respectivamente. Entre os maiores recuos de posição estão Davinópolis (MA), com queda de 1 784 posições devido ao *Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas*, seguido por Parisi (SP), com redução de 1 166 posições, que apresentou diminuição nas lavouras temporárias.

## Período 2002-2020<sup>11</sup>

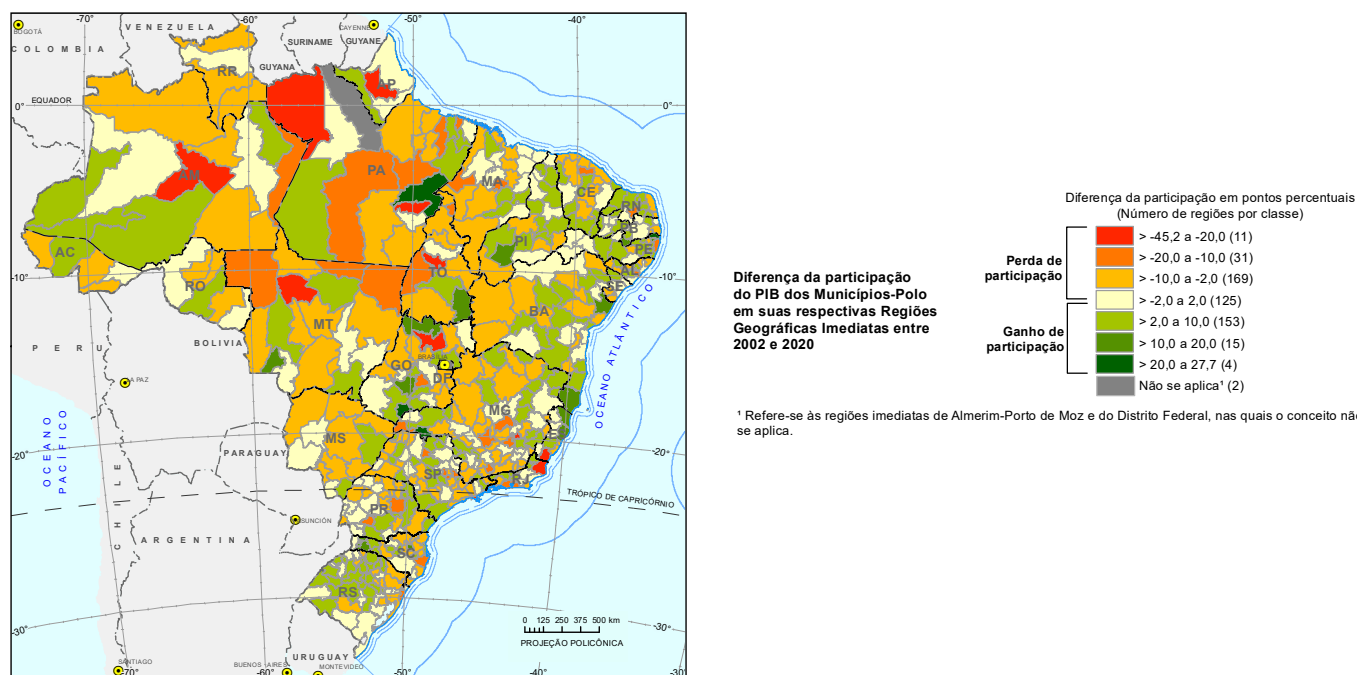
Ao analisar a evolução da participação no PIB ao longo da série 2002-2020, constata-se que São Paulo (SP) e Rio de Janeiro (RJ) registraram as maiores quedas de participação entre os Municípios brasileiros, o que aponta, novamente, para a tendência de desconcentração do PIB no nível municipal. O Município de São Paulo (SP) perdeu 2,8 pontos percentuais de participação na eco-

nomia nacional, influenciado, principalmente, pela redução relativa de *Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados*. Na capital fluminense, por sua vez, a perda de 2,0 pontos percentuais ocorreu em razão da diminuição de seu peso na *Indústria* do País. Em seguida, tem-se Campos dos Goytacazes (RJ), com decréscimo de 0,5 ponto percentual devido à extração de petróleo e gás. São Bernardo do Campo (SP) e São José dos Campos (SP) perderam 0,4 ponto percentual cada um, com a queda vinculada às *Indústrias de transformação*.

O maior ganho de participação no PIB, nesse período, ocorreu no Município de Maricá (RJ), com aumento de 0,4 ponto percentual, devido à extração de petróleo e gás. Em seguida, Parauapebas e Canaã dos Carajás, ambos do Estado do Pará, aumentaram 0,4 e 0,3 ponto percentual, respectivamente, com a expansão da extração de minério de ferro. Itajaí (SC), quarto lugar em ganho de participação, com 0,3 ponto percentual, ganhou destaque devido ao *Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas*.

## Dinâmica do PIB nas Regiões Geográficas Imediatas

2002-2020



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Tipologias e regionalizações de responsabilidade da Coordenação de Meio Ambiente da Diretoria de Geociências do IBGE.

<sup>11</sup> A série 2002-2009 refere-se à série retropolada do PIB dos Municípios, tendo por referência o ano de 2010. A partir de 2010, a série é estimada. Para a análise do período 2002-2020, foram desconsiderados os 10 Municípios criados entre 2003 e 2013.

O maior ganho de posição, entre 2002 e 2020, foi identificado em Godofredo Viana (MA), que subiu 4 043 posições em decorrência da extração de ouro. O Município de Alto Horizonte (GO) obteve o segundo maior ganho (3 810 posições), devido ao desenvolvimento da indústria de extração de minerais metálicos não ferrosos. Apesar do acréscimo de posições, ambas as municipalidades mantiveram participações relativamente baixas no PIB nacional. As maiores quedas de posição, na série iniciada em 2002, ocorreram em Porto do Mangue (RN), 2 468 posições, que apresentou queda na extração de petróleo e gás, e Fortaleza de Minas (MG), 2 437 posições, cuja atividade de extração de minério de níquel foi interrompida desde 2013.

Ao analisar a evolução da participação das Concentrações Urbanas no PIB nacional, confirma-se a tendência de redução da importância relativa das Concentrações Urbanas de São Paulo/SP e do Rio de Janeiro/RJ no cenário nacional. As duas maiores Concentrações Urbanas do País foram as que mais perderam participação no PIB nacional no período. Observa-se, ainda, um avanço relativo das Médias Concentrações Urbanas com destaque para Jundiá/SP, Itajaí - Balneário Camboriú/SC, Parauapebas/PA, Caraguatatuba - Ubatuba - São Sebastião/SP e Uberlândia/MG. Das 185 Concentrações Urbanas do País, 115 ganharam participação entre 2002 e 2020, enquanto as demais 70 apresentaram redução. Ressalta-se que as quatro Concentrações Urbanas que mais perderam participação no PIB do País na série pertencem aos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

A Amazônia Legal e o Semiárido ganharam participação no PIB nacional, ao longo da série iniciada em 2002 (3,0 e 1,0 ponto percentual, respectivamente). A Cidade-Região de São Paulo, por sua vez, reduziu de 27,0% para 23,5% a sua participação no PIB nacional, não só em função da diminuição do peso da capital paulista no PIB do País, mas também pela perda relativa de outros Municípios que a compõem e que têm representatividade na Indústria nacional.

Sob o recorte de Regiões Geográficas Imediatas, observa-se que o padrão de desconcentração econômica se manteve. De modo geral, verifica-se que, nas áreas de maior PIB e população, como São Paulo/SP, Belo Horizonte/MG, Curitiba/PR, Porto Alegre/RS e Rio de Janeiro/RJ, os Municípios-Polo perderam mais participação se comparados aos Municípios do Entorno, enquanto nas áreas de menor PIB ocorreu o inverso. Os Municípios-Polo das regiões com forte participação da atividade das lavouras temporárias nos Estados de Mato Grosso, Pará, Bahia, Tocantins e Maranhão perderam participação no PIB de suas Regiões Geográficas Imediatas, enquanto os Municípios-Polo do Semiárido, do oeste paulista, do interior dos Estados da Região Sul, do Triângulo Mineiro, do sul de Goiás e do oeste do Amazonas ganharam importância em suas Regiões Geográficas Imediatas, apontando para a formação e/ou consolidação de centralidades nessas áreas.

## Participação do valor adicionado bruto das atividades econômicas, segundo tipologias geográficas e recortes selecionados

(continua)

Tipologias geográficas e recortes selecionados	Participação do PIB no Brasil		
	2002 (%)	2020 (%)	Diferença 2020-2002 (p.p.)
<b>Brasil</b>	100,0	100,0	-
<b>Grandes Regiões</b>			
Norte	4,7	6,3	1,6
Nordeste	13,1	14,2	1,1
Sudeste	57,4	51,9	(-) 5,4
Sul	16,2	17,2	1,0
Centro-Oeste	8,6	10,4	1,8
<b>Hierarquia urbana</b>			
Metrópoles	47,3	41,2	(-) 6,2
Capitais Regionais	21,1	21,0	(-) 0,1
Centros Sub-Regionais	7,4	8,2	0,8
Centros de Zona	8,4	10,4	2,0
Centros Locais	15,8	19,2	3,4
<b>Regiões Geográficas Imediatas</b>			
Municípios-Polo	61,5	56,4	(-) 5,0
Municípios do Entorno	38,5	43,6	5,0
<b>Concentrações Urbanas</b>			
Grandes Concentrações Urbanas	57,1	50,6	(-) 6,6
Médias Concentrações Urbanas	19,9	22,0	2,1
<b>Recortes selecionados</b>			
Amazônia Legal	6,9	9,9	3,0
Semiárido	4,5	5,4	1,0
Cidade-Região de São Paulo	27,0	23,5	(-) 3,5

## Participação do valor adicionado bruto das atividades econômicas, segundo tipologias geográficas e recortes selecionados

(conclusão)

Tipologias geográficas e recortes selecionados	Participação do valor adicionado bruto das atividades econômicas no total do valor adicionado bruto do Brasil											
	Agropecuária			Indústria			Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social			Serviços (exceto Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social)		
	2002 (%)	2020 (%)	Diferença 2020-2002 (p.p.)	2002 (%)	2020 (%)	Diferença 2020-2002 (p.p.)	2002 (%)	2020 (%)	Diferença 2020-2002 (p.p.)	2002 (%)	2020 (%)	Diferença 2020-2002 (p.p.)
<b>Brasil</b>	6,4	6,6	0,2	26,4	22,5	(-) 3,9	16,5	17,4	0,9	50,7	53,5	2,8
<b>Grandes Regiões</b>												
Norte	0,5	0,6	0,1	1,3	2,1	0,8	1,2	1,5	0,3	1,8	2,2	0,4
Nordeste	1,3	1,3	(-) 0,1	3,1	2,7	(-) 0,3	3,2	3,7	0,6	5,8	6,6	0,8
Sudeste	1,8	1,4	(-) 0,4	15,7	11,7	(-) 4,0	7,6	6,9	(-) 0,7	31,4	31,4	(-) 0,0
Sul	1,8	1,7	(-) 0,1	4,8	4,3	(-) 0,4	2,1	2,4	0,3	7,8	8,7	0,9
Centro-Oeste	1,0	1,6	0,5	1,4	1,7	0,2	2,5	2,9	0,4	3,9	4,7	0,8
<b>Hierarquia urbana</b>												
Metrópoles	0,1	0,2	0,0	10,6	7,5	(-) 3,2	6,9	6,6	(-) 0,3	28,0	26,0	(-) 2,0
Capitais Regionais	0,4	0,3	(-) 0,1	7,0	5,2	(-) 1,9	2,9	3,1	0,3	10,7	11,9	1,3
Centros Sub-Regionais	0,5	0,4	(-) 0,0	2,4	2,1	(-) 0,3	1,2	1,4	0,2	3,5	4,3	0,8
Centros de Zona	1,2	1,2	0,0	2,4	3,0	0,6	1,5	1,7	0,2	3,6	4,7	1,1
Centros Locais	4,3	4,5	0,2	3,9	4,8	0,9	4,0	4,5	0,6	4,9	6,6	1,6
<b>Regiões Geográficas Imediatas</b>												
Municípios-Polo	1,5	1,5	(-) 0,0	14,9	10,8	(-) 4,1	9,1	9,4	0,3	35,5	34,0	(-) 1,4
Municípios do Entorno	4,9	5,1	0,2	11,5	11,7	0,3	7,4	8,0	0,6	15,3	19,5	4,2
<b>Concentrações Urbanas</b>												
Grandes Concentrações Urbanas	0,2	0,2	(-) 0,0	13,9	9,9	(-) 4,1	8,2	7,9	(-) 0,2	32,9	31,3	(-) 1,6
Médias Concentrações Urbanas	0,8	0,7	(-) 0,1	6,9	6,3	(-) 0,6	2,9	3,2	0,3	9,5	11,6	2,1
<b>Recortes selecionados</b>												
Amazônia Legal	1,0	1,5	0,5	1,8	2,8	1,0	1,7	2,2	0,6	2,8	3,7	0,9
Semiárido	0,7	0,6	(-) 0,0	0,9	0,9	0,0	1,6	1,9	0,3	1,6	2,3	0,7
Cidade-Região de São Paulo	0,1	0,1	(-) 0,0	7,2	4,3	(-) 2,8	2,2	1,9	(-) 0,3	16,3	16,2	(-) 0,1

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

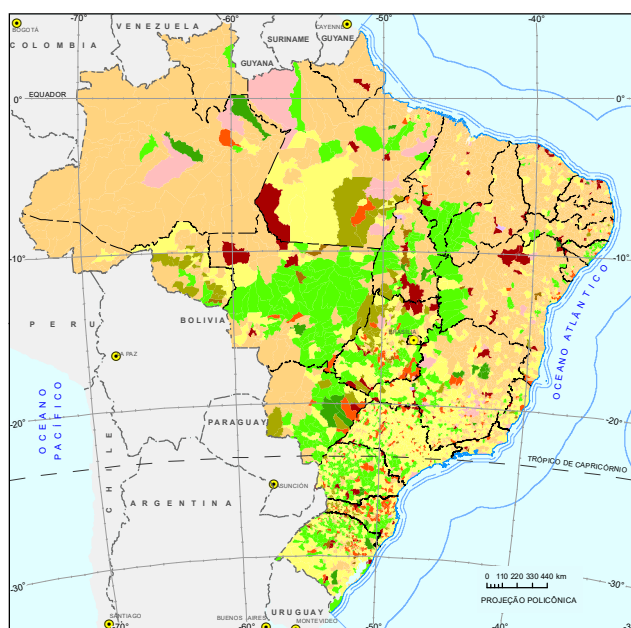
Nota: Tipologias e regionalizações de responsabilidade da Coordenação de Meio Ambiente da Diretoria de Geociências do IBGE.

## Perfil econômico dos Municípios<sup>12</sup>

Em 2020, 47,0% (2 620) dos Municípios brasileiros tiveram a *Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social* como principal atividade econômica. Nos Estados do Acre, Roraima, Amapá e Paraíba esse percentual ultrapassou 90,0%. Enquanto isso, o Estado do Paraná apresentou apenas 7,0% de suas municipalidades com essa característica.

Dos 275 Municípios cuja atividade principal, em 2020, foi *Indústrias de transformação*, 220 estavam concentrados nas Regiões Sudeste e Sul, o que equivale a 80,0%. O Estado de Mato Grosso obteve o maior percentual de municipalidades em que a *Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós-colheita* figurou como a atividade de maior destaque (48,9%), seguido pelos Estados de Mato Grosso do Sul (45,6%) e Paraná (45,1%).

### Atividade econômica predominante no Município 2020



Maiores atividades econômicas no valor adicionado bruto total do Município (Número de Municípios por classe)

<span style="color: green;">■</span>	Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós-colheita (784)
<span style="color: olive;">■</span>	Pecuária, inclusive apoio à pecuária (182)
<span style="color: darkgreen;">■</span>	Produção florestal, pesca e aquicultura (33)
<span style="color: pink;">■</span>	Indústrias extrativas (63)
<span style="color: orange;">■</span>	Indústrias de transformação (275)
<span style="color: purple;">■</span>	Construção (6)
<span style="color: red;">■</span>	Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (118)
<span style="color: brown;">■</span>	Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas (39)
<span style="color: yellow;">■</span>	Demais serviços (1 450)
<span style="color: lightorange;">■</span>	Administração, defesa, educação, saúde pública e seguridade social (2 620)

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Excluindo dessa análise a *Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social*, a atividade *Demais serviços* foi a de maior destaque em 3 494 Municípios, no ano de 2020, seguida pela *Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós-colheita*, principal atividade em 1 050 municipalidades. Na comparação com o início da série, em 2002, destaca-se a redução do número de Municípios com agricultura ou pecuária como atividade principal, enquanto o número de municipalidades com maior peso em *Demais serviços* foi ampliado.

### Agropecuária

Observa-se, em 2020, que  $\frac{1}{4}$  do valor adicionado bruto da *Agropecuária* brasileira era concentrado em 119 Municípios, dos quais 83 (69,7%) estavam situados nas Regiões Centro-Oeste e Nordeste, ancorados, em sua maioria, na produção de soja, nas duas Regiões, e de cana-de-açúcar, no Centro-Oeste. Os cinco maiores valores foram, nessa ordem, São Desidério (BA), Formosa do Rio Preto (BA), Sorriso (MT), Sapezal (MT) e Rio Verde (GO), e juntos, somavam 3,0% do valor adicionado bruto da *Agropecuária* em 2020.

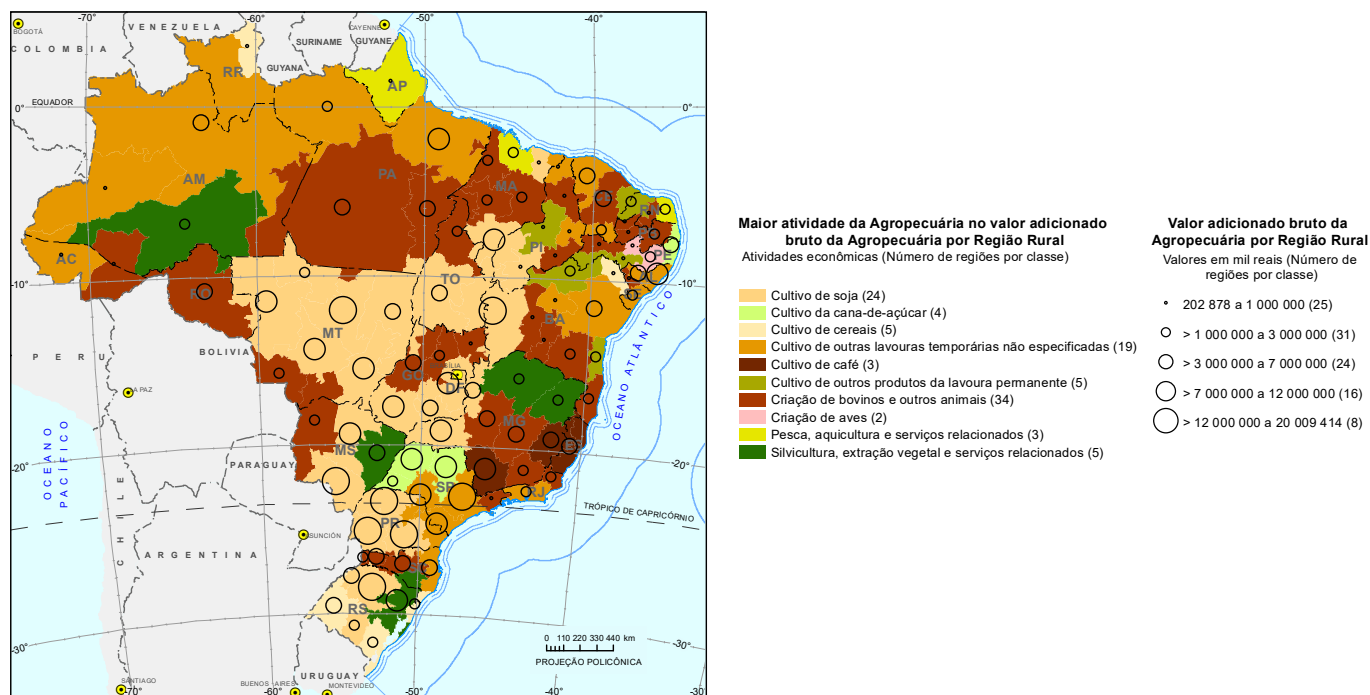
Entre os 20 maiores, em termos de valor adicionado bruto da *Agropecuária*, atesta-se a predominância de Municípios da Região Centro-Oeste, seguida pela Região Nordeste, enquanto as Regiões Norte e Sul não aparecem na lista. Neste grupo, 13 Municípios estão na Região Centro-Oeste, sendo sete do Estado de Mato Grosso, em que se destacaram as produções de soja ou algodão herbáceo; três Municípios goianos e dois Municípios de Mato Grosso do Sul também voltados ao cultivo de soja; e ainda Brasília, Capital Federal, com produção de outras lavouras temporárias. Da Região Nordeste, além do Município baiano a ocupar a primeira posição, outras três municipalidades do mesmo Estado apareceram entre os 20 maiores postos: Formosa do Rio Preto, Barreiras e Correntina. Também do Nordeste estiveram os Municípios maranhenses de Balsas e Tasso Fragoso. A Região Sudeste entrou na lista com apenas um Município, Itapeva (SP), na 12ª posição, cuja agricultura é vinculada às outras lavouras temporárias.

Ao analisar os dados a partir do recorte das Regiões Rurais<sup>13</sup> do Brasil, observa-se que os três maiores valores adicionados da *Agropecuária* pertenciam àquelas localizadas no Estado do Paraná, a saber, Região Rural da Capital Regional de Cascavel/PR; de Maringá e Londrina/PR; e de Ponta Grossa/PR, sendo o cultivo de soja a principal atividade agropecuária dessas três regiões. Fora da Região Sul, a Região Rural de maior valor adicionado na *Agropecuária* é a Região Rural da Capital Regional de Barreiras/BA, também produtora predominantemente de soja.

<sup>12</sup> Para a análise do perfil econômico, a principal atividade foi selecionada entre as seguintes: *Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós-colheita*; *Pecuária, inclusive apoio à pecuária*; *Produção florestal, pesca e aquicultura*; *Indústrias extrativas*; *Indústrias de transformação*; *Construção*; *Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação*; *Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social*; *Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas*; e *Demais serviços*.

<sup>13</sup> Recorte geográfico que reúne um conjunto de Municípios, sendo que um deles contém o polo urbano onde se procuram insumos e para onde se remetem os produtos agropecuários e extrativos. A publicação *Projeto regiões rurais 2015: relatório técnico*, divulgada pelo IBGE naquele mesmo ano, identifica 104 Regiões Rurais no território brasileiro.

## Atividade da Agropecuária predominante nas Regiões Rurais 2020



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Tipologias e regionalizações de responsabilidade da Coordenação de Meio Ambiente da Diretoria de Geociências do IBGE.

Entre as 15 Regiões Rurais com os maiores valores adicionados brutos da *Agropecuária* em 2020, cinco estavam na Região Centro-Oeste, quatro estavam na Região Sul, três na Região Sudeste, duas na Região Nordeste e uma na Região Norte. Ainda sobre essas 15 maiores Regiões Rurais, em termos relativos, as atividades agropecuárias representam 47,2% de todo o valor adicionado bruto da Região Rural da Capital Regional de Barreiras/BA; 36,9% da Região Rural do Centro Sub-Regional de Sinop/MT; e 31,7% da Região Rural da Capital Regional de Dourados/MS. Na ponta inversa, ainda que seja a sexta Região Rural com maior valor adicionado bruto da *Agropecuária*, a Região Rural da Grande Metrópole Nacional de São Paulo/SP apresenta somente 0,9% de seu valor adicionado bruto ligado a esse setor da economia.

Ressalta-se que todas as 15 Regiões Rurais com os maiores valores adicionados brutos da *Agropecuária* apresentaram seus destaques na lavoura temporária, sendo 11 delas com relevância na produção de soja, três, na produção de outras lavouras temporárias e uma, na produção de cana-de-açúcar. Observa-se que as três Regiões Rurais que apresentam outras lavouras temporárias como principais atividades do setor são ligadas a Municípios das Capitais: Região Rural da Grande Metrópole Nacional de São Paulo/SP; Região Rural da Metrópole de Belém/PA; e Região Rural da Capital Regional de Maceió/AL.

Entre todas as Regiões Rurais do País, a Região Rural do Centro Sub-Regional de Balsas/MA, a Região Rural da Capital Regional de Barreiras/BA e a Região Rural do Centro Sub-Regional de Barra do Garças/MT são as três Regiões Rurais em que a *Agropecuária* tem maior participação no valor adicionado bruto: 57,1%, 47,2% e 40,4%, respectivamente.

Quanto à pecuária bovina, as Regiões Rurais de maior valor adicionado bruto dessa atividade, foram a Região Rural da Capital Regional de Porto Velho/RO, a Região Rural da Capital Regional de Passo Fundo/RS e a Região Rural da Capital Regional de Cascavel/PR. Nessas duas últimas, ainda que o valor adicionado bruto da pecuária bovina seja o segundo e o terceiro maior do País, respectivamente, a principal atividade *Agropecuária* continua sendo o cultivo de soja. Cabe ressaltar, ainda, que a pecuária bovina segue como principal atividade *Agropecuária* de várias Regiões Rurais no Semiárido e na Amazônia Legal.

## Indústria

Em 2020, 19 Municípios de maior valor adicionado bruto da *Indústria* concentravam 25% do valor nacional, revelando um nível de concentração maior que o verificado na *Agropecuária*; e com mais 69 municipalidades, chega-se a 50% da *Indústria*. No outro extremo, nota-se que 2 730 Municípios com os menores valores responderam por 1,0% da *Indústria*.

A capital paulista manteve a primeira posição, concentrando 3,9% do valor adicionado bruto da *Indústria* em 2020 (8,1% em 2002). Rio de Janeiro (RJ), com 2,5%, ocupou a segunda posição, seguido por Manaus (AM), com 2,2%, devido à Zona Franca. Parauapebas (PA), com 2,0%, ocupou a quarta posição com destaque para a extração de minério de ferro e Maricá (RJ), com 1,6%, teve seu desempenho vinculado à extração de petróleo e gás.

Entre os 20 Municípios de maior participação no valor adicionado da *Indústria* em 2020, 12 pertenciam à Região Sudeste, dos quais seis eram paulistas; quatro, fluminenses; e dois, mineiros. Apenas três pertenciam à Região Norte: Manaus (AM), Parauapebas (PA) e Canaã dos

Carajás (PA); e três pertenciam à Região Sul: Curitiba, Foz do Iguaçu e Araucária, todos do Paraná. As Regiões Nordeste e Centro-Oeste tinham, cada, um Município nesse ranking: Camaçari (BA) e Brasília (DF).

Na análise por Concentrações Urbanas, observa-se que a o conjunto das Grandes e Médias Concentrações Urbanas do País representavam 71,7% do valor adicionado bruto nacional da Indústria. Dentre elas, destacava-se a Grande Concentração Urbana São Paulo/SP, representando 9,7% da atividade industrial do País, seguida pelas Concentrações Urbanas do Rio de Janeiro/RJ (7,2%), Belo Horizonte/MG (3,2%), Campinas/SP (2,9%) e Curitiba/PR (2,6%).

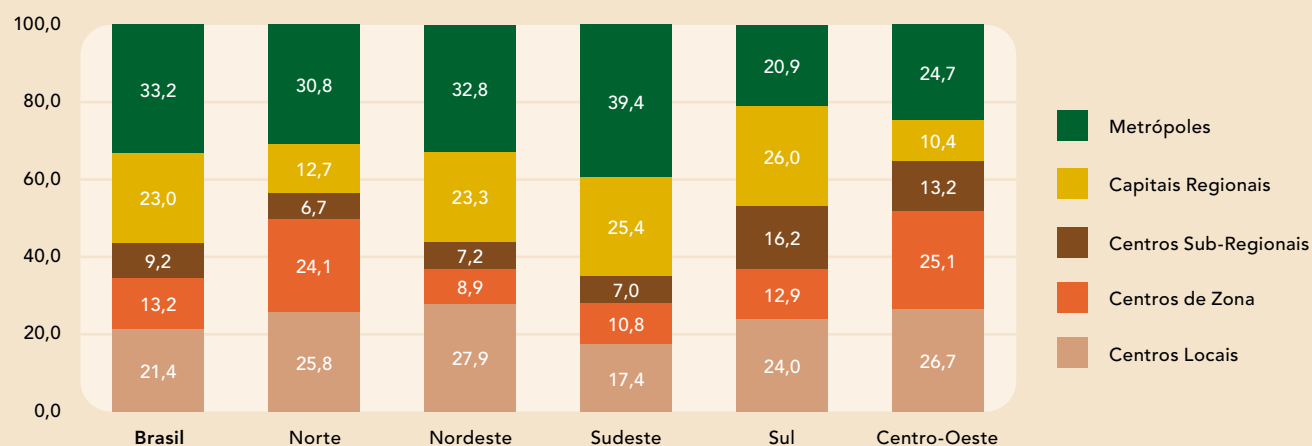
Sob a perspectiva de hierarquia urbana, verifica-se que os centros de hierarquia mais baixa representavam 43,9%, sendo eles:

Centros Sub-Regionais (9,2%), Centros de Zona (13,2%) e Centros Locais (21,4%). Todos esses grupos ganharam participação relativa na atividade industrial do País no ano de 2020, na comparação com 2019. As Metrôpoles, hierarquia mais elevada, corresponderam a 33,2%, enquanto as Capitais Regionais, a 23,0%; ambas perderam participação.

A Cidade-Região de São Paulo representava 19,3% do total do valor adicionado bruto da Indústria do País em 2020, uma redução de 1,1 ponto percentual ante os 20,4% verificados em 2019. Por sua vez, a Amazônia Legal apresentou um ganho em 2020, saindo de 9,9% do valor adicionado bruto industrial do Brasil em 2019, para 12,3% em 2020. O Semiárido permaneceu estável, com 4,2%.

### Participação do valor adicionado bruto na Indústria do Brasil, por hierarquias urbanas, segundo as Grandes Regiões (%)

2020



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.  
Nota: Tipologias e regionalizações de responsabilidade da Coordenação de Meio Ambiente da Diretoria de Geociências do IBGE.

## Serviços

Nos Serviços, exceto Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social, quatro Municípios somavam quase ¼ do total dessa atividade no Brasil em 2020: São Paulo (SP), com 14,7%; Rio de Janeiro (RJ), com 5,1%; Brasília (DF), com 3,3% e Belo Horizonte, com 1,6%. As 44 municipalidades de maior participação acumularam ½ do total do País, das quais 19 eram Municípios das Capitais. No mesmo ano, as 1 952 municipalidades de menor participação somavam apenas 1,0% desses serviços.

Dos Municípios que somavam até ½ do total nacional dos Serviços, exceto Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social, constam, na Região Norte, somente as Capitais dos Estados do Amazonas e Pará e, na Região Nordeste, não figuram as Capitais dos Estados do Piauí, Paraíba e Sergipe. Todos os Municípios das Capitais pertencentes às Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste constam entre os que registraram os maiores valores de tais serviços em 2020. Destaca-se também que 16 dos 44 Municípios desse grupo eram paulistas. Excluindo-se os Municípios das Capitais e todos os Municípios dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, os mais bem posicionados foram Uberlândia (MG) e Joinville (SC), na 23ª e 27ª posições, respectivamente.

Ao analisar outros recortes geográficos, a Concentração Urbana de São Paulo/SP, sozinha, representava 22,6% do total do valor adicionado bruto dos Serviços, exceto Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social. As 10 Concentrações Urbanas com os maiores valores adicionados brutos de tais serviços totalizavam 48,0% do valor nacional. Em 2019, a participação desse grupo era de 49,1%.

Também significativa foi a participação da Cidade-Região de São Paulo, com 30,2% dos Serviços do País, excluindo-se Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social, que permaneceu estável ante 2019. A região do Semiárido também apresentou estabilidade, com valor adicionado bruto correspondente a 4,2% de tais serviços, enquanto a Amazônia Legal apresentou aumento de 6,5% para 6,9%.

Segundo a hierarquia urbana, observa-se que o total dos Serviços ainda se encontram fortemente concentrados nas Metrôpoles, com 46,0% do valor nacional. Nas Metrôpoles, os Serviços, exceto Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social, representavam 48,6% do total nacional e 33,1% da população brasileira. No outro extremo, pode-se verificar que, embora a população total dos

Centros Locais seja elevada (27,7% do total do País), o valor adicionado bruto dessa atividade correspondia a 12,3% do total nacional.

Em *Administração, defesa, educação e saúde de públicas e seguridade social*, observa-se a elevada participação dessa atividade, sobretudo nos Municípios de menores PIBs. Nota-se também que, naqueles localizados nas Regiões Norte e Nordeste, tais serviços tiveram maior peso em suas economias. Entretanto, observa-se que houve concentração desses serviços nos Municípios das Capitais e nas municipalidades da Região Sudeste, em termos de participação dessa atividade no Brasil.

As Grandes Concentrações Urbanas tiveram participação de 45,7% no total nacional da *Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social*, dentre as quais se destacaram as de Brasília/DF, com 10,1%; Rio de Janeiro/RJ, com 8,6%; e São Paulo/SP, com 7,5%.

Sob o ponto de vista da hierarquia urbana, as Metrôpoles detinham 38,0% do valor adicionado bruto da *Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social*, e 33,1% da população brasileira, concentrando, portanto, mais serviços do que população. Enquanto isso, os Centros Locais apresentaram relação mais proporcional: concentravam 27,7% da população nacional e 26,2% de tais serviços.

Há que se destacar, ainda, que 11,1% do valor adicionado bruto da *Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social* correspondia ao conjunto de Municípios que compõem a Cidade-Região de São Paulo. Por sua vez, o Semiárido correspondia a 10,8% do total nacional dessa atividade e a Amazônia Legal respondeu por 12,9%.

Em 2020, os 11 Municípios de maior valor dos serviços da *Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social* agregaram cerca de ¼ do total do valor adicionado bruto dessa atividade, sendo os três primeiros: Brasília (DF), com 9,7%; Rio de Janeiro (RJ), com 4,7%; e São Paulo (SP), com 4,0%. Desconsiderando-se os Municípios das Capitais, até a 20ª posição, encontram-se São Gonçalo (RJ) na 12ª posição; Duque de Caxias (RJ) na 13ª; Guarulhos (SP) na 15ª; Nova Iguaçu (RJ) na 16ª; e Campinas (SP) na 18ª. ■

## Valor adicionado bruto e participação das atividades de Serviços no Brasil, segundo tipologias geográficas e recortes selecionados

2020

(continua)

Tipologias geográficas e recortes selecionados	Total	
	Valor adicionado bruto	
	Valor (R\$ 1 000)	Participação no Brasil (%)
<b>Brasil</b>	<b>4 675 979 000</b>	<b>100,0</b>
<b>10 maiores Concentrações Urbanas por valor adicionado bruto</b>	<b>2 110 638 380</b>	<b>45,1</b>
São Paulo/SP	884 422 548	18,9
Rio de Janeiro/RJ	377 670 901	8,1
Brasília/DF	237 593 229	5,1
Belo Horizonte/MG	123 167 243	2,6
Porto Alegre/RS	111 969 411	2,4
Curitiba/PR	91 033 567	1,9
Campinas/SP	85 378 715	1,8
Recife/PE	68 660 613	1,5
Salvador/BA	68 154 171	1,5
Fortaleza/CE	62 587 982	1,3
<b>Concentrações Urbanas</b>		
Grandes Concentrações Urbanas	2 585 523 438	55,3
Médias Concentrações Urbanas	981 180 045	21,0
<b>Hierarquia urbana</b>		
Metrôpoles	2 149 233 378	46,0
Capitais Regionais	994 559 272	21,3
Centros Sub-Regionais	375 267 233	8,0
Centros de Zona	423 862 236	9,1
Centros Locais	733 056 881	15,7
<b>Recortes selecionados</b>		
Amazônia Legal	389 680 707	8,3
Semiárido	272 638 247	5,8
Cidade-Região de São Paulo	1 193 691 590	25,5

## Valor adicionado bruto e participação das atividades de Serviços no Brasil, segundo tipologias geográficas e recortes selecionados

2020

(conclusão)

Serviços (exceto Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social)			Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social		
Tipologias geográficas e recortes selecionados	Valor adicionado bruto		Tipologias geográficas e recortes selecionados	Valor adicionado bruto	
	Valor (R\$ 1 000)	Participação no Brasil (%)		Valor (R\$ 1 000)	Participação no Brasil (%)
<b>Brasil</b>	<b>3 529 079 000</b>	<b>100,0</b>	<b>Brasil</b>	<b>1 146 900 000</b>	<b>100,0</b>
<b>10 maiores Concentrações Urbanas por valor adicionado bruto</b>	<b>1 694 442 844</b>	<b>48,0</b>	<b>10 maiores Concentrações Urbanas por valor adicionado bruto</b>	<b>417 772 666</b>	<b>36,4</b>
São Paulo/SP	798 489 084	22,6	Brasília/DF	115 409 338	10,1
Rio de Janeiro/RJ	279 340 664	7,9	Rio de Janeiro/RJ	98 330 238	8,6
Brasília/DF	122 183 891	3,5	São Paulo/SP	85 933 464	7,5
Belo Horizonte/MG	98 532 466	2,8	Belo Horizonte/MG	24 634 777	2,1
Porto Alegre/RS	91 791 623	2,6	Porto Alegre/RS	20 177 788	1,8
Campinas/SP	75 317 637	2,1	Recife/PE	17 689 078	1,5
Curitiba/PR	74 523 846	2,1	Curitiba/PR	16 509 721	1,4
Salvador/BA	54 476 946	1,5	Fortaleza/CE	13 772 830	1,2
Recife/PE	50 971 536	1,4	Salvador/BA	13 677 225	1,2
Fortaleza/CE	48 815 152	1,4	Goiânia/GO	11 638 209	1,0
<b>Concentrações Urbanas</b>			<b>Concentrações Urbanas</b>		
Grandes Concentrações Urbanas	2 061 318 499	58,4	Grandes Concentrações Urbanas	524 204 939	45,7
Médias Concentrações Urbanas	767 901 593	21,8	Médias Concentrações Urbanas	213 278 452	18,6
<b>Hierarquia urbana</b>			<b>Hierarquia urbana</b>		
Metrópoles	1 713 521 287	48,6	Metrópoles	435 712 091	38,0
Capitais Regionais	787 388 002	22,3	Capitais Regionais	207 171 270	18,1
Centros Sub-Regionais	284 716 553	8,1	Centros Sub-Regionais	90 550 680	7,9
Centros de Zona	310 399 464	8,8	Centros de Zona	113 462 772	9,9
Centros Locais	433 053 694	12,3	Centros Locais	300 003 187	26,2
<b>Recortes selecionados</b>			<b>Recortes selecionados</b>		
Amazônia Legal	241 884 734	6,9	Amazônia Legal	147 795 973	12,9
Semiárido	149 254 984	4,2	Semiárido	123 383 263	10,8
Cidade-Região de São Paulo	1 066 051 181	30,2	Cidade-Região de São Paulo	127 640 409	11,1

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Tipologias e regionalizações de responsabilidade da Coordenação de Meio Ambiente da Diretoria de Geociências do IBGE.

### Expediente

**Elaboração do texto**  
Diretoria de Pesquisas,  
Coordenação de Contas Nacionais  
Diretoria de Geociências,  
Coordenação de Meio Ambiente

**Normalização textual**  
Centro de Documentação e  
Disseminação de Informações,  
Gerência de Sistematização de  
Conteúdos Informacionais

**Projeto gráfico**  
Centro de Documentação e  
Disseminação de Informações,  
Gerência de Editoração

**Elaboração de mapas**  
Diretoria de Geociências,  
Coordenação de Meio Ambiente

**Imagens fotográficas**  
Agência Brasil/EBC

**Impressão**  
Centro de Documentação e  
Disseminação de Informações,  
Gráfica Digital

Se o assunto é Brasil,  
procure o IBGE.

/ibgecomunica

/ibgeoficial

/ibgeoficial

/ibgeoficial

[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br) 0800 721 8181

(21) 97385 8655



**IBGE**

### Links



Tabelas de resultados,  
notas técnicas  
e demais  
informações  
sobre a pesquisa

<<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html>>

<[https://www.ibge.gov.br/apps/atlas\\_nacional/](https://www.ibge.gov.br/apps/atlas_nacional/)>